



ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO – CONQUALI – REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019

Às nove horas e trinta minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, na Sala de Reunião do Gabinete da Secretaria da Administração, no Centro Administrativo da Bahia, iniciou-se a 14ª Reunião Ordinária do Conselho de Qualidade do Serviço Público - Conquali, com a presença dos membros do referido Conselho, Edelvino da Silva Góes Filho, Secretário da Administração e Presidente do Conselho, que presidiu a reunião, Hélio Oliveira Queiroz Júnior, representante da Secretaria da Fazenda, Maria Aparecida Fortes de Almeida Presidio, representante da Secretaria do Planejamento, Valéria Lucia Valverde de Oliveira, representante da Casa Civil, Carolina Carvalho Fraga de Alencar, representante da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – Prodeb, Flávio Machado Barbosa e Nilza de Carvalho Rios, representante da Superintendência de Atendimento ao Cidadão - SAC, Anderson Vasconcelos Prazeres, representante da Superintendência da Gestão e Inovação – SGI, Juçara Gonçalves Reis, representante da Ouvidoria Geral do Estado, Márcia Hlavnicka, Diretora e Ana Evangelina Sampaio, Assessora da Superintendência de Atendimento ao Cidadão - SAC, Anderson Barbosa Souza, Coordenador da CTI, César Rocha, Diretor da Superintendência da Gestão e Inovação – SGI, Jonatas Silva do Espírito Santo, Coordenador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Edson Neves Valadares, APG da SECTI, André Peixinho da Prodeb, Neyla Santana e Wilson Moreira Cardoso, APG da SAEB, Pedro Henrique Guerreiro da OGE, representantes da Coordenação Técnica do Conquali/SGI/SAEB, Flávia de Deus Barros e a Assistente do Conselho, Ana Lucia dos Santos Oliveira. Iniciou-se a reunião com a apresentação do status da carta de serviço por Ana Evangelina Sampaio que falou do seminário da carta de serviços que foi realizado pelo SAC em 15/08/2019 e teve como objetivo a sensibilização dos órgãos, houve a participação do estado de Alagoas, que é o mais avançado na carta de serviços. O cenário atual da carta de serviços referente à 1ª onda: 91% dos órgãos estão com validação concluída, 9% dos órgãos estão com validação em andamento (DETRAN, SEFAZ, SAC EDUCAÇÃO), 73% dos serviços foram validados. A conclusão da validação está prevista para 30/09/19. Para a 2ª onda que refere aos órgãos prestadores de atendimento não parceiros (SEC, SSP, outros). Durante a missão Alagoas sugeriram que fosse dividido a 2ª onda, ou seja, inclusão de mais uma onda. Criou-se a 3ª onda que serão órgãos prestadores de atendimento não parceiros SAC (SESAB, outros). A 4ª onda, os órgãos que não prestam atendimento direto ao Cidadão. Comentou sobre os pontos de atenção referente à solução tecnológica: sistema que substituirá o INOVA encontra-se em homologação, migração dos dados cadastrados no INOVA para novo sistema, elaboração do manual do usuário para o novo sistema, capacitação dos órgãos no novo sistema de carta de serviços; para as integrações os pontos de atenção são: integração do sistema da carta de serviços ao sistema ATENDE, integração do sistema da Carta de Serviços ao SAC Digital; referente à divulgação da carta de serviços os pontos de atenção

são: SAC Digital (guia de serviços públicos), portal dos órgãos. Foram sinalizados outros pontos de atenção: utilização dos APG como suporte à manutenção dos serviços cadastrados, papel da Ouvidoria e do Conselho de Usuários. Em Alagoas foi muito importante a divulgação desta informação para sensibilizar os órgãos. A carta de serviços é um item de peso na nos critérios de avaliação da transparência. Juçara Gonçalves Reis representante da Ouvidoria Geral do Estado falou que houve mudança nos critérios de avaliação, passou a avaliar a transparência ativa e passiva juntas (unificando), antes eram avaliados separadamente, então isso gerou impacto negativo. O presidente do Conquali Edelvino Góes perguntou se com a carta de serviço este cenário poderá ser melhorado. Ana Evangelina e Flávio Barbosa da SAC informaram que em Alagoas houve melhoria significativa, foi criado um ranking similar para os órgãos, assim todos os órgãos podem acompanhar o seu desempenho, sinalizando as lacunas, onde cada órgão pode verificar onde está o problema e como melhorar sua pontuação. Com esta ação o estado do Alagoas conseguiu melhorar no ranking. Em seguida o diretor da SAEB/SGI/DIP César Rocha apresentou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709. A lei trata de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. As ações estruturantes são: criação do comitê de estudo para deliberar sobre a LGPD, elaborar normativo legal para regulamentar a LGPD, realizar estudo e propor ações necessárias à adequação da administração pública estadual a lei 13.709/2018. Houve a criação de GT de Tecnologia envolvendo as áreas: SAEB, PRODEB, SEFAZ, PGE, FPC, SSP, SEC, SESAB, SECOM/GAB/OGE e SEPLAN/SEI. Edson Neves Valadares (APG) comentou que sentiu falta da SECTI no grupo. Todos os conselheiros concordaram com a sugestão, o processo para indicação de membro será encaminhado a SECTI. César Rocha informou que foi realizada a 1ª reunião em 26/08/2019 e teve como pauta os temas: avaliar fornecedores que façam projetos de implantação e/ou possua sistemas de gestão LGPD e soluções técnicas, selecionar fornecedores para realizar 3 POCs (Sefaz, SSP, e Prodeb). Houve apresentação dia 04/09/2019 referente aos aspectos gerais LGPD - DPO, ferramentas que podem auxiliar o cumprimento da Lei - X Site e em 06/09/2019 Serviços LGPD – Tecnoativa. Apresentou a EAP do projeto com as entregas: formação do comitê e comissão técnica (LGPD), seminário para sensibilização dos órgãos (1ª entrega), instrumentos legais, elaboração de plano de implantação e desenvolvimento do projeto. Entregas para implantação da LGPD: mapeamento de dados, registro das atividades de tratamento de dados relatório de impacto à proteção de dados, programa corporativo de privacidade, código de boas condutas, programa de governança de dados, código de boas práticas, Privacy by Design. A Privacy by pessoais Design é uma metodologia na qual a proteção de dados pessoais é pensada desde a concepção de sistemas, práticas comerciais, projetos, produtos ou qualquer outra solução que envolva o manuseio de dados. Os 7 passos: ser proativo e não reativo, prevenir e não remediar, privacidade como configuração padrão, privacidade incorporada ao projeto, funcionalidade total – legitimar interesses e objetivos, proteção durante todo o ciclo de vida da informação, visibilidade e transparência, respeito pela privacidade do usuário. Flávio Barbosa (SAC) pontuou a importância da sensibilização para adequação da lei. Em Brasília o Ministério Público Federal e o TCU estão trabalhando intensamente na questão da lei LGPD para quando entrar em vigor realizar trabalhos intensivos em auditorias e fiscalizações. Informou que visitou alguns órgãos para esclarecer melhor a lei e a sua importância para que as indicações dos órgãos no GT entenda melhor e atuem no projeto. Hélio Oliveira Queiroz Júnior, representante da Secretaria da Fazenda informou que foi criada uma agência, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados-ANPD para a fiscalização. Uma grande preocupação que vem sendo discutido é o patrocínio da alta-administração, é importante que cada dirigente dos órgãos indique alguém ligado diretamente a ele. Um erro que vem sendo apresentado em vários fóruns é achar que este é um projeto de tecnologia da informação. A tecnologia da informação é importante, mas tem impacto fortemente nos

processos e todo o uso da informação que está em papel que é de difícil controle. A lei fala em tratamento de dados, toda a manipulação como dado sensível, não são só sistemas informatizados. Em seguida, Flávia de Deus Barros apresentou a minuta referente ao Conselho de Usuários dos Serviços Públicos que tem como finalidade acompanhar e avaliar a prestação dos serviços públicos. Tem como competências: acompanhar a prestação dos serviços, participar na avaliação dos serviços, propor melhorias na prestação dos serviços, contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário, acompanhar e avaliar a atuação do Ouvidor Geral do Estado, manifestar-se quanto às consultas que lhe forem submetidas; representatividade do poder público: Casa Civil, que o presidirá; Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, Secretaria de Educação - SEC, Secretaria de Saúde - SESAB, Secretaria da Administração - SAEB, Ouvidoria Geral do Estado - OGE; representatividade dos usuários do serviço público: os representantes dos usuários serão eleitos, mediante processo estabelecido em proposta apreciada e aprovada pelo Conselho de Usuários dos Serviços Públicos, elaborada por uma comissão eleitoral e assegurada a ampla divulgação do processo e participação. (O Parágrafo único, art. 19, da Lei nº 13.460/17 dispõe que “a escolha dos representantes será feita em processo aberto ao público e diferenciado por tipo de usuário a ser representado”). Juçara Gonçalves Reis representante da Ouvidoria Geral do Estado informou que a Ouvidoria Geral da União ainda não tem definição para o Conselho de Usuários da União. A representante da Secretaria da Fazenda, Maria Aparecida Presidio perguntou por que a SSP não está na composição. Flávia informou que o próprio conselho permite que convide. Edson Neves Valadares (SECTI) sugeriu que seja incluído um representante dos municípios. Dando continuidade a pauta Wilson Moreira Cardoso da APG da SAEB iniciou falando que o secretário no CONSAD prospectou uma iniciativa interessante no aperfeiçoamento da gestão, que é a utilização de trainee na administração pública; este modelo está sendo utilizado de forma exitosa nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Levantamos a documentação destes estados que estão com este programa há mais de 3 anos e desenvolvemos uma modelagem preliminar para fazer uma discussão com a FAPESB que é uma parceira neste projeto. O modelo consiste em uma parceria com a organização da sociedade civil sem fins lucrativos que é mantida por doações e financiamentos de algumas instituições interessadas no assunto desenvolvimento da gestão pública, o nome desta organização é Vetor que é formada por um banco de dados de jovens graduados e pós-graduados e disponibilizados para a gestão pública, esta espécie de acordo está em 45 unidades (prefeituras e unidades estaduais). O modelo de governança preliminar que estamos utilizando nas discussões é composto por 4 atores: SAEB como responsável pela gestão do acordo de cooperação no Executivo; Vetor Brasil responsável pela seleção, capacitação e desenvolvimento de profissionais para atuarem nos projetos; FAPESB tem a competência de regulamentar e disponibilizar bolsas de inovação em pesquisa aplicada; Patrocinador do projeto (Unidades interessadas): disponibilizará os recursos no mesmo dia de início das atividades do trainee, relativo a um mês de bolsa, mediante empenho, liquidação e pagamento (receita da FAPESB). As atribuições da Secretaria da Administração do Estado (SAEB) são: estruturar o programa em parceria com a FAPESB; promover a celebração do acordo de cooperação tripartite (Estado, FAPESB e Vetor Brasil); estruturar a campanha de divulgação do programa, em parceria com a FAPESB, criando marca própria; designar líder institucional; prospectar projetos de inovação em gestão pública em parceria com a FAPESB; monitorar e avaliar resultados. As atribuições da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) são: instituir a modalidade “bolsa de pesquisa e inovação em políticas públicas”; designar Supervisor; selecionar candidato por vaga de trainee; efetivar a contratação do trainee via bolsa de pesquisa; realizar pagamento das bolsas; monitorar e avaliar os resultados. As atribuições da Vetor Brasil são: realizar o processo de recrutamento e indicar candidatos por vaga para a FAPESB; capacitar os trainees, fornecendo trilhas formativas e ferramentas que contribuam para a aprendizagem e desempenho. As atribuições dos Órgão/Entidade (Patrocinador do Projeto)

são: promover o projeto, provendo os recursos orçamentários necessários para o financiamento das bolsas; contribuir na resolução dos riscos do projeto; manter o nível de comprometimento da equipe. Maria Aparecida Presidio perguntou do custo da capacitação enquanto estão sob responsabilidade da Vetor; Wilson informou que não há custo para a administração, a Vetor se compromete com estes custos, a capacitação faz parte do produto que ela está oferecendo. O alinhamento conceitual será colocado no acordo para evitar desvio de função. O líder institucional é o profissional da SAEB, responsável pelo acompanhamento do acordo de cooperação, que fornecerá apoio institucional necessário para sua implementação, cuja responsabilidade é planejar, coordenar, promover, acompanhar e avaliar a implementação de estratégias, programas e projetos de modernização e inovação tecnológica para a gestão pública, em consonância com as políticas e diretrizes governamentais, tendo como atribuições: prospectar e desenvolver inovações em gestão; e promover parcerias com organizações voltadas ao aprimoramento da gestão, com vistas ao aporte de soluções em gestão nos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo estadual. O supervisor - servidor da FAPESB, responsável em orientar os trainees na pesquisa aplicada, atento à aprendizagem e à qualidade do trabalho. O gestor - profissional do órgão/entidade (patrocinador) que integra um determinado grupo de projeto com as seguintes atribuições: conduzir diariamente a execução das atividades do(s) trainee(s) e avaliar o seu desempenho, articulando com o supervisor, quando necessário. O trainee - profissional no início da carreira, de qualquer região do país, graduado ou pós-graduado, que foi selecionado para atuar em determinado projeto de inovação em gestão pública, produzindo diagnóstico sobre a pesquisa, bem como relatórios, documentos, manuais e artigos para compartilhar o conhecimento adquirido. Foi apresentado o mapa de processo do programa de trainee que no primeiro passo que é articular com o Vetor Brasil para conhecer o programa, este foi finalizado; o segundo passo é definir o escopo do programa de bolsas incluindo o modelo de governança que está sendo definido junto a FAPESB e está bastante avançado; elaborar consultas à PGE, como este programa está em operação em vários estados e estamos dando uma modelagem similar, há possibilidade que não demore; estruturar e divulgar campanha do programa, identificar projetos de inovação em gestão pública e minutar termo de adesão estão em andamento SAEB e FAPESB. Dando continuidade Jonas Silva do Espírito Santo, Coordenador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI apresentou o resultado da pesquisa de satisfação dos postos SAC Salvador e Região Metropolitana com cidadãos que utilizam o posto SAC, a pesquisa foi realizada em 16 postos, 30 órgãos, em 75 dias úteis de coleta com 15 entrevistadores, amostra de 10.352 cidadãos. 53,5% das entrevistas foram realizadas com pessoas do sexo feminino e 46,4% do gênero masculino e 0,1% Transgênero; perfil etário dos entrevistados: 35,6% (de 25 a 39 anos), 30,4% (40 a 54 anos), 11,6% (acima de 65 anos), 10,9% (de 18 a 24 anos), 10,3% (55 a 64 anos), 1,2% (menor que 18 anos). A renda mensal dos entrevistados em salários mínimos: 62% de 1 a 3; 13,4% de 4 a 6; 12% sem renda; 4,3% não quiseram informar; 4% menor que 1; 2,3% de 7 a 9; 1,6% de 10 a 15; 0,4% mais de 15. Percepção do atendimento prestado a portadores de deficiência ou mobilidade reduzida: 91,7% dos entrevistados declararam não ter deficiência ou mobilidade reduzida; avaliação do atendimento prioritário teve um percentual positivo de 93,9% e não positiva de 6,1%, os motivos das insatisfações com o atendimento prioritário do posto foi; demora para ser atendido: 57,2%, não houve prioridade: 21,3%, falta de orientação na entrada do posto: 12,6%, informações desconhecidas: 2,5%, adaptação do ambiente: 2,4%, sem cadeira de rodas: 2,4%, outros: 1,6%. Os principais motivos da insatisfação com o atendimento prioritário do posto foram demora para ser atendido nos postos: Comércio com 34,1%, Barra com 25%, Lauro de Freitas com 21,4%, Cajazeiras com 15,4%, Salvador Shopping com 3,2% e SAC Servidor com 0,9%; para o item ausência de prioridade nos postos: Barra 33,4%, Cajazeiras 27,5%, Lauro de Freitas 19,1%, Bela Vista 11,4%, Salvador Shopping 8,6%; para o item ausência de cadeira de rodas 100% das reclamações foram registradas no SAC Periperi. Em relação ao horário de

chegada no posto: 93,0 % dos entrevistados chegaram após a abertura do posto e 7% chegaram antes da abertura. O horário de chegada antes da abertura do posto foi: Barra 24,5%; Comércio 16,9%, Periperi 15,4%, Pernambuco 11,4%, Bela Vista 8,8%, Cajazeiras 7%, Camaçari 6,3%, Lauro de Freitas 3,2%, Liberdade 1,8%, Candeias 1,6%, Simões Filho 1,2%, Pau da Lima 0,8%, Paralela 0,6%, Guarajuba 0,3%, Salvador Shopping 0,1%, SAC Servidor 0,1%. A percepção do atendimento prestado na fila antes da abertura do posto teve um percentual positivo de 86,1% e não positiva de 13,9%; os motivos da Insatisfação com o atendimento prestado na fila antes da abertura do posto foram: acomodação inadequada 50,8%; demora para ser atendido 22,5%; fila desorganizada 12,5%, comunicação inadequada 6,4%, demora durante o atendimento 5%, postura do funcionário que organizou 2,3%; poucos funcionários 0,5%. Insatisfação de acomodação inadequada por posto; Barra: 26,1%, Comércio: 22,4%, Camaçari: 22,3%, Bela Vista: 8,9%, Lauro de Freitas: 7,5%, Simões Filho: 6,4%, Cajazeiras: 5,4% e SAC Servidor: 1%. Insatisfação por demora para ser atendido; Camaçari: 33,5%, Bela Vista: 30,2%, Barra: 14,8%, Comércio: 10,1%, Liberdade: 5,7%, Pernambuco: 5,7%. Insatisfação referente à fila desorganizada; Camaçari: 45,3%, Comércio: 36,5%, Bela Vista: 18,2%. Na avaliação do item atendimento prestado na recepção teve um percentual positivo de 97% e não positiva de 3%; os motivos das insatisfações foram: postura do atendente 26,3%, comunicação inadequada 25,1%, demora para ser atendido 18,5%, falta de informação 16,1%, demora durante o atendimento 6,6%, ausência de recepção na entrada do posto 2%, fila desorganizada 1,9%, poucos funcionários 1,3%, senha errada 1,2%, falta de interação com os órgãos 0,7%, outro 0,3%. Insatisfação por posto referente postura de atendente: Lauro de Freitas 24%, Cajazeiras 14,4%, Comércio 14,3%, Barra 14%, Salvador Shopping 9%, Camaçari 7,9%, Periperi 7,4%, Bela Vista 7,1% e Pau da Lima 1,9%. A insatisfação devido à comunicação inadequada por posto: Shopping Salvador 19,5%, Cajazeiras 15,7%, Comércio 15,6%, Periperi 13,4%, Barra 11,5%, Bela Vista 7,8%, Lauro de Freitas 4,4%, Liberdade 4,4%, Camaçari 4,3% e Paralela 3,4%. Para demora no atendimento: Barra 25,9%, Comércio 21,2%, Bela Vista 17,6%, Cajazeiras 12,7%, Lauro de Freitas 11,8%, Salvador Shopping 8%, Liberdade 2%, SAC Servidor 0,8%. No item percepção quanto à infraestrutura do posto referente à avaliação da infraestrutura do posto (conforto, climatização, limpeza) teve um percentual positivo de 96,3% e não positiva de 3,7%. Os motivos das insatisfações foram: falta de bebedouro 16,7%, estrutura predial 12,6%, ambiente quente 9,6%, acomodação 8,1%, acessibilidade 7,5%, layout do porto 6,7%, ambiente frio 6,1%, banheiro inexistente 5,4%, higienização do banheiro 4,8%, programa visual 4,7%, banheiro inadequado 4,5%, estacionamento 3,5%, higienização do ambiente 3,1%, visualização da senha 1,5%, equipamento com defeito 0,7%, outros 4,5%. Insatisfações de ausência de bebedouro por posto: Comércio 24,7%, Periperi 20,4%, Lauro de Freitas 12,4%, Bela Vista 9,9%, Paralela 6,5%, Camaçari 6,2%, Cajazeiras 6%, Pernambuco 4,2%, SAC Servidor 3,7%, Salvador Shopping 3,7%, Simões Filho 1,4%, Guarajuba 0,9%. Para as insatisfações de estrutura predial: Cajazeiras 46,2%, Lauro de Freitas 27,5%, Periperi 11,3%, Barra 10,7%, Liberdade 2%, Comércio 1,8%, Simões Filho 0,5%. Referente ao ambiente quente os postos que tiveram insatisfações foram: Comércio 60,3%, Paralela 14,1%, Cajazeiras 10,4%, SAC Servidor 8,3%, Pau da Lima 6,9%. A avaliação referente ao órgão que prestou o atendimento teve um percentual positivo de 97,1% e não positiva de 2,9%; os motivos que gerou as insatisfações foram: postura do atendente 26,7%, comunicação inadequada 26%, falha no sistema 10,5%, demora para ser atendido 7,8%, poucos funcionários 3,4%, dificuldade para agendar 2,8%, prazo para entrega dos documentos 1,9%, informação incorreta 1,7%, falta de vagas de emprego 1,6%, acomodação 1,1%. Os principais motivos que geraram insatisfações referentes à postura do atendente por posto foram: Comércio 34,5%, Cajazeiras 14,6%, Paralela 11,9%, Salvador Shopping 10,6%, Bela Vista 8,1%, Pau da Lima 6,4%, Barra 5,9%, Candeias 3%, Periperi 2,1%, Liberdade 1,1%, SAC Servidor 0,9%, Simões Filhos 0,6%, Guarajuba 0,3%. Para comunicação inadequada os postos: Barra 22,4%, Comércio 15,3%, Cajazeiras 13,2%, Bela Vista 13,1%, Lauro de Freitas 11%, Paralela 7,2%, Salvador Shopping 6,6%, Periperi 4,5%, Candeias 3,3%, Pau da Lima 1,7%, Simões Filho

1,2%, SAC Servidor 0,5%. No item falha no sistema foram: Comércio 23,9%, Bela Vista 19%, Paralela 15,6%, Salvador Shopping 14,3%, Barra 14%, Lauro de Freitas 8%, Camaçari 4%, Guarajuba 1,2%. O índice Geral de satisfação do posto foi de 96,5% de satisfação. As principais reclamações nas questões abertas foram: postura inadequada, demora no atendimento, falta/falha de informação/comunicação, sistema inoperante/lento, falta de infraestrutura/infraestrutura inadequada, ausência de bebedouro, demora para ser atendido, não realizou o serviço, demora na entrega dos documentos, banheiro inadequado, banheiro inexistente, display com problema, climatização (quente), exposição à chuva, sol e riscos de assalto nas filas antes da abertura, estacionamento ruim (alagamento/preço), mais eficiência na pesquisa de emprego, nunca tem vaga, ausência de prioridade, poucas senhas. E as principais sugestões foram: disponibilizar bebedouro, melhorar infraestrutura do posto, melhorar a organização do atendimento e orientações/informações prestadas, instalação de banheiro, melhoria no sistema do órgão, disponibilização de mais serviços no SAC, aumentar a quantidade de funcionários, diminuir a burocracia, capacitar funcionários, otimização/ melhorias nos processos dos serviços, colocar atendimento espontâneo, computadores para prova DETRAN, boa postura dos atendentes dos atendentes, atendimento rápido, qualidade no atendimento, boa infraestrutura, bom atendimento, agilidade no atendimento, boa Infraestrutura do ponto, informações precisas, comunicação adequada, implantação de agendamentos, organização / pontualidade. Foi apresentado comparativo da avaliação 2018/2019, evidenciado melhoria significativa em vários itens avaliados. Jonatas pontuou a necessidade de ter uma equipe própria de no mínimo 5 pessoas para pesquisa presencial, há um cronograma a cumprir. Para a conclusão desta pesquisa SAC foi necessário pedir a participação do 1º Emprego da PGE e Casa Civil. No item o que ocorrer, Márcia Hlavnicka Diretora da SAC/DDP falou do projeto de melhoria nas Delegacias: DAÍ - Delegacia do Menor Infrator e DERCA - Delegacia Especializada de Repressão a Crime Contra Criança Adolescente, a SUPAT informou que até o final de setembro entregará a obra, outra ação é a contratação dos 16 funcionários com turno de 6h, houve mudança; com a contratação do 1º Emprego que tem carga horária de 8h este número reduziu para 8 funcionários, a previsão é que até meados de outubro tenha realizado todas as contratações. Então, tudo ocorrendo como previsto no início de novembro o projeto será concluído. Nada mais havendo a tratar, Dr. Edelvino da Silva Góes Filho, Secretário da Administração e Presidente do Conselho, encerrou a reunião e eu Ana Lucia dos Santos Oliveira, Assistente do Conselho, lavrei a presente ata, que será assinada pelos Senhores Conselheiros, após lida e aprovada. Salvador, 10 de setembro de 2019.

Conselheiros participantes:

Edelvino da Silva Góes Filho

Hélio Oliveira Queiroz Júnior

Maria Aparecida Fortes de Almeida Presidio

Valéria Lucia Valverde de Oliveira

Carolina Carvalho Fraga de Alencar

Flávio Machado Barbosa

Nilza de Carvalho Rios

Anderson Vasconcelos Prazeres

Juçara Gonçalves Reis



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Carvalho Fraga de Alencar**, **Assessor Executivo II**, em 07/11/2019, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de](#)

2014.



Documento assinado eletronicamente por **Edelvino da Silva Goes Filho, Secretário(a)**, em 07/11/2019, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Vasconcelos Prazeres, Superintendente**, em 08/11/2019, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Lúcia Valverde de Oliveira, Coordenador**, em 11/11/2019, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELIO OLIVEIRA QUEIROZ JUNIOR, Diretor**, em 16/03/2020, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juçara Gonçalves Reis, Coordenador I**, em 06/04/2020, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilza de Carvalho Rios, Diretor**, em 08/06/2020, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00012707598** e o código CRC **03BE1326**.